

O adolescente e a inserção social

TERESA BASTOS AMBRÓSIO *

PROBLEMÁTICA DA INSERÇÃO SOCIAL DOS JOVENS ADOLESCENTES

1. ADOLESCENTES — UM GRUPO BIO-SOCIAL

A ultrapassagem da fase da adolescência caracteriza-se pela aquisição de um conjunto de equilíbrios psico-afectivos e de desenvolvimento de capacidades de afirmação e de autonomia, necessários à inserção social do jovem nas diferentes comunidades em que se desenvolverá a sua vida futura. Equacionar a problemática Adolescente/Inserção Social em sentido vasto, pressupõe à partida, estabelecer um panorama global das interacções entre o adolescente — pessoa em fase de crescimento — e os diferentes grupos sociais, instituições e áreas de actividades que constituem o sistema social onde aqueles se inserem.

É aliás o objectivo principal desta conferência tentar perspectivar, numa visão de conjunto, as interações que influenciam, positiva ou negativamente, a passa-

gem do adolescente para uma fase de maturidade, de adulto. As comunicações já apresentadas referentes ao bio-psi-quismo dos adolescentes e ao processo de aquisição de autonomia face às figuras parentais, de identificação da imagem do seu eu e, a aquisição da capacidade de afirmação pessoal no sistema intrincado de relações sociais e afectivas que lhe são oferecidas pela sociedade, chama-nos a atenção para a caracterização do sistema pessoa/adolescente em estudo.

Analisar criticamente os factores endógenos a este sistema e, os fluxos energéticos bio-psíquicos que tendem a estruturar o indivíduo em crescimento e, ver quais as influências, nessa estruturação dos *inputs* do sistema social envolvente, é um estudo que se impõe para quem se ocupa responsabilmente em criar as condições mais favoráveis para o bem estar, no sentido de saúde individual e colectiva, do vasto grupo etário dos adolescentes.

As relações normais entre o sistema-pessoa e o sistema social envolvente obedecem a determinadas regras e provocam previsíveis efeitos.

A forma como a sociedade no seu todo actua sobre os adolescentes explica-se também por normas e objectivos previamente determinados pela sociedade e pelas características comportamentais daqueles.

* Investigadora, Directora Executiva do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Comunicação apresentada na conferência «O Adolescente na História da Cultura», Lisboa, Abril 1981.

Se as normas e os objectivos não variaram muito ao longo da história, já o comportamento dos adolescentes face à sociedade dos adultos, tem tomado aspectos muito peculiares nos últimos anos, demonstrando bem que se trata de um problema que exige análise cuidada e um novo reequacionar da questão nos seus aspectos psicológicos, familiares, escolares e sociais em lato senso.

Aprofundar, descendo dos comportamentos globalmente considerados da adolescência às realidades onde concretamente e de forma heterogénea, se manifestam esses comportamentos — não há uma adolescência, há adolescentes — torna-se, pois, indispensável perante a urgência de definição de uma política de juventude que vise a mais correcta inserção deste grupo bio-social.

2. INSERÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA A LIBERDADE

São vários os conceitos de inserção social dos jovens que temos visto defender nos nossos dias, como foram diferentes os processos dessa inserção ao longo da história e das civilizações. A escolha dos rumos para o efeito a utilizar e os critérios de avaliação dos resultados alcançados, variam, obviamente, de acordo com esses conceitos. Para quem ponha acima de tudo, uma visão antropológica da organização societal baseada na autonomia e responsabilidade pessoal, na efectivação das potencialidades de afirmação, de criatividade de cada individuo e, para o efeito, defenda a criação de tecidos sócio-económicos consentâneos com essa visão, a inserção social dos adolescentes é um processo continuamente novo, ou renovado, que gera inevitavelmente, em sociedades abertas, uma dinâmica própria de mudança cultural e social. É este con-

ceito de plena afirmação e integração dos jovens na sociedade como cidadãos de plenos direitos e deveres que defendemos e, nesta óptica é evidente rejeitamos, como meio ou instrumento de inserção social, qualquer forma de pressão que, os adultos ou as instituições sociais, exerçam sobre os jovens no sentido de os conformar a regras pré-determinadas, tanto na vida profissional como na vivência do quotidiano de cada um. Numa sociedade que não se quer imutável, os jovens «definem e inventam» continuamente por si novas modalidades de inserção social, gerando a evolução civilizacional e cultural interactiva entre gerações, se encontrarem possibilidades de diálogo, experimentação e capacidade de abertura por parte dos adultos.

A correcção de um verdadeiro processo de inserção social dos jovens adolescentes dependerá assim de duas condições prévias: por um lado a participação destes segundo o seu grau de autonomia (o que representa já um estágio de ultrapassagem da contestação impulsiva) e, por outro, a receptividade por parte dos adultos à compreensão dos seus comportamentos e aspirações, e ao desafio do confronto a que são sujeitos, com o oferecimento concomitante de meios individuais e colectivos que lhes permitam o acesso ao mundo daqueles. Os meios de inserção social dos adolescentes terão de respeitar assim as características próprias da crise de crescimento, apelando para a autonomia, a identificação, a participação nos diferentes sectores e áreas de interesse em que se desenvolve o seu dia-a-dia. Aliás, o desabrochar e fortalecimento dessas condições ou capacidades pessoais são também objectivos prioritários de qualquer medida que vise essa inserção. O que importa é que o adolescente adquira dentro da sociedade o direito e assumo o dever e a responsabilidade de se gerir ele mesmo em

todas as áreas da sua vida e, se torne capaz de estabelecer relações sociais e inter-individuais de confronto criativo, de trabalho solidário fugindo a quaisquer dependências aniquiladoras. Promover a inserção social dos adolescentes desta forma é educar para a liberdade.

3. SITUAÇÃO ACTUAL E ESTUDOS NECESSARIOS

A situação actual dos jovens entre nós, as condições que se lhes oferecem, a adequação ou não destas ao que aspiram ou necessitam, a consideração dos seus direitos e da sua especificidade como grupo especial de cidadãos, os seus comportamentos e a razão destes etc., são desconhecidas ou quase, restando-nos apenas como suporte de conhecimento, breves depoimentos, sondagens precárias, opiniões fragmentadas, estatísticas incompletas, ficheiros clínicos pessoais.

Uma simples leitura de dados existentes e acessíveis, permitiram-nos, porém, obter os seguintes indicadores:

a) Dimensão do grupo etário

Analisando o Quadro I referente à projecção da população residente no Continente por sexo e, pelos grupos etários que poderemos considerar compreenderem a 2.^a fase da adolescência onde mais agudamente o problema da inserção social se põe, verificamos que a sua dimensão é, dentro da população portuguesa considerável. Em 1980 os jovens cujas idades estavam compreendidas entre os 15 e 29 anos representavam cerca de 25 % da população total e, entre estes, o número de adolescentes andaria no Continente à roda de 850 mil representando 9 % da população total. Verificamos ainda que há uma tendência de crescimento destes valores. Comparando o «peso» do grupo dos jovens e jovens adolescentes portugueses com o de outros países (Quadro II), diria-

QUADRO I

Grupos Etários	1970			1975			1980		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
15-19	713,6 8 %	344,5 9 %	369,1 8 %	793,4	400,8 9 %	392,6	858,9 9 %	438,2 10 %	420,7 8 %
20-24	617,1 7 %	292,4 7 %	324,7 7 %	736,0	362,5 8 %	373,5	785,8	396,4	389,4
25-29	512,0 6 %	236,3 6 %	275,7 6 %	641,3	300,6 8 %	340,7	720,7	353,4	367,3
TOTAL	1 842,7 22 %	873,2	969,5	2 170,7 24 %	1 063,9	1 106,8	2 365,4 25 %	1 188,0	1 177,4

FONTE: INE. Perspectivas de Evolução da População Portuguesa DEP/MT Estudos 37, 1979.

NOTAS: 1. As percentagens referem-se aos totais nacionais respectivos.

2. O «Total» corresponde à soma dos efectivos dos 3 grupos etários considerados.

3. Neste quadro e nos seguintes os valores são expressos em milhares.

QUADRO II

POPULAÇÃO TOTAL POR GRUPOS DE IDADE, 1979

Grupos Etários	ALEMANHA FEDERAL			Grupos Etários	FRANÇA			Grupos Etários	ITALIA		
	T	H	M		T	H	M		T	H	M
14-19	6 078 10,1 %	3 103	2 975	14-19	4 494 8,8 %	2 221	2 273	14-19	5 505 9,9 %	2 768	2 737
20-24	4 030 6,7 %	1 962	2 068	20-24	3 677 7,2 %	1 702	1 975	20-24	3 569 6,4 %	1 682	1 887
25-29	3 909 6,5 %	1 913	1 996	25-29	4 085 8,0 %	2 032	2 053	25-29	3 612 6,5 %	1 736	1 876
Total	14 017 23 %	6 978	7 039	Total	12 256 24 %	5 955	6 301	Total	12 686 23 %	6 186	6 500

Grupos Etários	HOLANDA			Grupos Etários	BÉLGICA			Grupos Etários	LUXEMBURGO		
	T	H	M		T	H	M		T	H	M
14-19	1 444 10,6 %	743	701	14-19	947 9,8 %	480	467	14-19	34 9,5 %	17	17
20-24	1 126 8,3 %	560	566	20-24	765 7,9 %	384	381	20-24	26 7,4 %	13	13
25-29	1 103 8,1 %	558	545	25-29	746 7,7 %	381	365	25-29	26	13	13
Total	3 673 27 %	1 861	1 812	Total	2 458 25 %	1 245	1 213	Total	86 24 %	43	43

Grupos Etários	REINO UNIDO			Grupos Etários	IRLANDA			Grupos Etários	DINAMARCA		
	T	H	M		T	H	M		T	H	M
14-19	5 535 10,1 %	2 826	2 709	14-19	382 11,7 %	196	186	14-19	472 9,3 %	241	231
20-24	3 920 7,1 %	1 996	1 924	20-24	260 7,9 %	134	126	20-24	362 7,2 %	180	182
25-29	3 794 6,9 %	1 909	1 885	25-29	236 7,2 %	120	116	25-29	361 7,1 %	180	181
Total	13 249 24 %	6 731	6 518	Total	878 27 %	450	428	Total	1 195 24 %	601	594

FONTE: Enquête par Sondage sur les Forces de Travail, Statistiques Sociales, EUROSTAT 1981.

NOTA: As percentagens reportam-se ao total nacional.

mos também que, embora um pouco mais abaixo nos situamos perto, em percentagem dos totais nacionais, dos outros países da Europa Ocidental havendo uma forte similaridade entre a estrutura demográfica portuguesa e a belga, referente a estes grupos etários.

b) Modo de vida

Os estudos realizados em países da CEE relativos à inserção profissional dos jovens (Quadro III) levam-nos também a concluir que a percentagem destes no total do mercado do trabalho ronda, em 1979, pelos 30 %. Se continuármos a considerar o grupo etário 14-19 como o mais representativo dos adolescentes, essa percentagem varia entre 3,8 % na Bélgica e 10 % na Irlanda, representando na maioria dos países (exceptuando precisamente estes dois países) cerca de 30 % do total do grupo etário conforme o Quadro II. Quer dizer, cerca de 1/3 da população activa em termos de força de trabalho nestes países é constituída por jovens de 14-29 anos, podendo concluir-se que também perto de 1/3 do grupo de adolescentes estão no mundo do trabalho ou procuram emprego. Infelizmente não nos foi possível encontrar, para termos de comparação, números referentes ao emprego em Portugal nem dados que nos dêem a noção da dimensão entre nós, dos marginalizados da escola e do mundo do trabalho. A falta de estatísticas de emprego por grupos etários, servimo-nos dos dados de 1980 dos Serviços Informáticos do Exército (Quadro V). Se considerarmos que os inspeccionados — exclue-se, portanto, o sexo feminino — terão à volta de 19-20 anos, estes dados apenas nos permitem verificar a situação actual dos jovens no fim da adolescência, no período à saída da escola e ao atingir a maioridade civil. Os dados dão-nos uma percentagem de 76 % já a trabalhar, percentagem ele-

vadíssima em comparação com os outros países e só 16 % a estudar. Todos sabemos, porém, que este período é um período de estatuto mal definido e que, portanto, é praticamente impossível a estabilização num posto de trabalho sem o serviço militar cumprido, o que retira sentido à taxa de actividade referida, embora possamos concluir que no nosso País a escola não retém para além dos 19 anos muitos jovens nela atirando-os para o mercado de trabalho ou para o desemprego.

c) Taxas de escolarização

As taxas de escolarização por grau e ano de ensino e por grupos etários permitir-nos-á dizer qual a situação escolar dos adolescentes. Os dados, ainda que provisórios e trabalhados a partir das estatísticas do INE, dão-nos, o seguinte panorama em 1977/78 por anos de idade (Quadro IV); o grupo etário que temos vindo a considerar encontra-se escolarmente ao nível do secundário, persistindo ainda uma pequena percentagem na escola preparatória e um número ainda menor no ensino superior. A escola secundária, é pois a escola que se oferece aos adolescentes verificando-se no entanto, que não chega a atingir 40 % (15 e 16 anos) a percentagem dos jovens adolescentes escolarizados. Onde estarão os restantes? Que fazem? São sujeitos a acções de aprendizagem? Repare-se que pelo Quadro V sabemos que (e referimo-nos só ao sexo masculino) cerca de 49 % só frequentaram o ensino primário. Poder-se-á ainda afirmar que é a escola que prepara os jovens e os apoia na sua inserção social?

d) Outros indicadores

Localizar os jovens adolescentes no mundo do trabalho e na escola não esgota outros indicadores igualmente importantes

QUADRO III

FORÇAS DE TRABALHO POR GRUPOS DE IDADE, 1979

Grupos Etários	ALEMANHA FEDERAL		
	T	H	M
14-19	1 770 6,9 %	968	802
20-24	2 975 11,5 %	1 539	1 436
25-29	2 865 11,1 %	1 665	1 200
Total	7 610 27 %		

Grupos Etários	FRANÇA		
	T	H	M
14-19	859 3,8 %	480	379
20-24	2 709 12,1 %	1 360	1 349
25-29	3 344 14,9 %	1 938	1 406
Total	6 912 31 %		

Grupos Etários	ITALIA		
	T	H	M
14-19	1 043 5,3 %	592	451
20-24	1 957 10,0 %	1 078	879
25-29	2 400 12,3 %	1 526	874
Total	5 400 28 %		

Grupos Etários	HOLANDA		
	T	H	M
14-19	200 4,1 %	97	103
20-24	727 15,1 %	377	350
25-29	726 15,1 %	505	221
Total	1 653 34 %		

Grupos Etários	BÉLGICA		
	T	H	M
14-19	146 3,8 %	81	65
20-24	532 13,9 %	282	250
25-29	613 16,0 %	363	250
Total	1 291 34 %		

Grupos Etários	LUXEMBURGO		
	T	H	M
14-19	10 7,4 %	5	5
20-24	19 14,0 %	10	9
25-29	19 14,0 %	12	7
Total	48 35 %		

Grupos Etários	REINO UNIDO		
	T	H	M
14-19	1 739 6,9 %	938	801
20-24	3 092 12,3 %	1 779	1 313
25-29	2 798 11,1 %	1 821	977
Total	7 629 30 %		

Grupos Etários	IRLANDA		
	T	H	M
14-19	122 10,1 %	69	53
20-24	211 17,5 %	121	90
25-29	168 13,9 %	117	51
Total	501 31 %		

Grupos Etários	DINAMARCA		
	T	H	M
14-19	109 4,4 %	64	45
20-24	294 11,8 %	152	142
25-29	318 12,8 %	162	156
Total	721 29 %		

FONTE: Enquête par Sondage sur les Forces de Travail, Statistiques Sociales, EUROSTAT 1981.

NOTAS: 1. Forças de Trabalho = Pessoas de 14 e + anos com emprego principal ou no desemprego.
2. As percentagens reportam-se ao total das Forças de Trabalho.

QUADRO IV

TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO POR GRAUS DE ENSINO E POR IDADES
1977/78

Idades	NÍVEIS DE ENSINO			
	Primário	Ciclo Preparatório	Secundário	Superior
12	24,2 %	42,1 %	10,8 %	
13	12,6 %	27,9 %	27,6 %	
14		13,5 %	35,0 %	
15		5,5 %	39,9 %	
16		1,9 %	38,0 %	
17			33,1 %	
18			27,2 %	1,3 %
19			17,8 %	3,2 %
20			12,3 %	5,2 %
21			7,6 %	5,9 %

FONTES: Estatísticas de Educação e Anuário Estatístico (INE); Divisão de Estatística (MEC).

e reveladores. Desconhecemos entre outros, por exemplo, os dados referentes à situação familiar dos adolescentes, situação que provoca condicionalismos bem conhecidos no seu crescimento e na capacidade de inserção destes; a procura de espaços habitacionais e a carência destes e em que medida tal facto restringe o desenvolvimento da sua autonomia e da sua vida afectiva; desconhecemos, como, onde e para quê, os jovens se agregam em grupos e associações; como ocupam o tempo livre, o que leem, o que criam ou produzem; ignoramos a sua posição face ao serviço militar após este ser uma obrigatoriedade sob o espectro de guerra; não sabemos em que medida «consumem» e usam os *mass-média*; não existem dados sistematizados nem tratados sobre os mar-sistemizados nem tratados sobre os mar-

QUADRO V

MODO DE VIDA E HABILITAÇÕES DOS INSPECCIONADOS EM 1980

QUADRO IV a)

MODO DE VIDA	TOTAIS NACIONAIS DE INSPECCIONADOS
Trabalhadores	56 013
Trabalhadores/Est.	3 556
Total Trabalhadores	59 569
Desempregados 1.º Emprego	2 816
Desemprego Novo Emprego	2 656
Total Desempregados	5 472
Total Estudantes	12 597

QUADRO IV b)

HABILITAÇÕES	TOTAIS NACIONAIS DE INSPECCIONADOS
Ensino Superior	3 319
Liceal	17 398
Ciclo	10 189
Técnicos	8 966
Primário Inferior	38 089
Total	77 961

FONTES: Inquérito aos inspeccionados em 1980. — Dados fornecidos pelos Serviços de Informática do Exército.

ginais do crime ou da droga, etc. Urge que se faça em Portugal o levantamento destes dados e o traçado de um tipo de «fotograma» do grupo etário dos adolescentes bem como a análise dos factores que condicionam a sua inserção social, a tendência de evolução dos seus comportamentos, à semelhança de outros estudos que em muitos outros países se processam actualmente. Estudos que, porque ultrapassam o mero interesse nacional são patrocinados por instituições internacionais (UNESCO, OIT, Conselho da Europa, Fundação Europeia de Cultura, OCDE, CEE entre outras), tal é, neste momento, a dimensão internacional desta problemática. Enfim, desconhecemos sobretudo as aspirações dos adolescentes e a diversidade dessas aspirações conforme a classe social de origem ou a localidade onde vivem.

e) *A agudização dos problemas em Portugal*

O esforço de estudo e de compreensão dos problemas que nas sociedades de hoje se colocam aos adolescentes ou jovens de determinados grupos etários é crescente e patenteiam a agudização da situação destes. Esta agudização é revelada pelo acréscimo de fenómenos de marginalização e de tensões sociais latentes de que, a apatia e a indiferença de um número crescente de jovens não deixa de ser também expressão dessas tensões, tradicionalmente identificadas pela violência em suas diferentes formas.

Todas estas questões têm entre nós igual relevância seguindo tendências e expressões muito similares às dos restantes países da Europa.

A evolução recente da sociedade portuguesa, nomeadamente o abalo sofrido pelas estruturas que sustentavam um tecido social, económico, cultural e político caduco, os traumas colectivos e os custos sociais correspondentes de gerações que

fizeram a guerra do ultramar, que estiveram envolvidas nas lutas políticas clássica e psicológica de um Estado fechado destinadas e foram objecto de repressão ffe e coercivo ou, dos que, de qualquer modo, sofreram as perturbações dos primeiros anos da revolução democrática, introduz concerteza características específicas que bem importa investigar com objectividade e rigor. Os adolescentes de hoje são os filhos dessas gerações.

4. NOVAS PERSPECTIVAS

A primeira condição de autonomia para um jovem adolescente é, decerto, ter algo de que possa viver. Se em determinadas classes favorecidas económica e culturalmente é possível ir desenvolvendo graus sucessivos de autonomia à custa dos rendimentos familiares globais, sendo estes compreendidos também como pertença legítima dos filhos a partir de uma certa idade, já nas classes sociais mais desprotegidas o trabalho, o emprego, é condição de autonomia e de afirmação individual. ã, no entanto, através da experiência de uma actividade produtiva que se forja mais facilmente o sentido da responsabilização e a dimensão social desta. O problema da autonomia económica, a nível das exigências dos jovens na fase final do período considerado da adolescência, é ponto fulcral onde se articula, por um lado, o processo individual de ultrapassagem da crise normal do adolescente e se inicia a sua inserção profissional. A aquisição profissional adaptada às exigências da economia moderna, a possibilidade de ascender à realização de tarefas com visível utilidade social e que permitam explicitar capacidades de responsabilização, são factores primordiais na inserção social dos jovens.

A profissionalização como forma de integração dos jovens na vida activa foi

vista durante muitos anos como o principal, se não o único meio, dir-se-ia mesmo o ritual de passagem dos jovens para o mundo dos adultos, na sociedades industriais. A evolução da economia mundial das últimas décadas provocou, porém, uma subida no desemprego e os jovens foram os primeiros a sofrer o decréscimo do crescimento económico. Tocados não apenas pela carência de postos de trabalho disponíveis como também pela evolução das exigências profissionais, acentua-se a inadequação entre a formação que classicamente recebem na escola ou, mesmo a inexistência de qualquer qualificação profissional e o que lhes é exigido na vida activa. As crises económicas sucessivas, e o aparecimento concomitante, ou paralelo, de novos movimentos contestatórios da cultura e da organização económica e social, provocou, por outro lado, o surgimento de novas aspirações dos jovens e de novas atitudes destes. Aspirações e atitudes que cavaram mais fundo o fosso existente entre o mundo a que os jovens aspiram e a sociedade estruturada que os esquece ou não os toma em conta.

Tais factos, e, o rompimento com uma visão demasiado economicista das relações humanas e sociais das sociedades em progresso, que já não aderem à dicotomia do económico e do social, possibilitaram também, nesta área problemática de que nos ocupamos, o equacionamento de novas formas, igualmente primordiais, de inserção social dos jovens.

Assim, paralelamente às políticas de formação profissional-emprego de jovens saídos do sistema escolar, preconizam-se hoje, em muitos países, programas e medidas específicas de formação social-cidadania, de formação afectivo-família (ou comunidades de vida); no sentido de possibilitarem e corresponderem a novas concepções de inserção social dos jovens.

Em todos esses programas, reflectindo políticas expressas e várias de juventude,

se prevê a articulação entre os sectores que interferem no desenvolvimento pessoal dos jovens. Já não é só a família e a escola que contam, mas também as estruturas existentes de aprendizagem dentro ou fora da escola, ou em coordenação com as empresas, o parque habitacional dos jovens (ou soluções do problema da habitação para estes), as estruturas do serviço militar, os tempos livres (na perspectiva de consumo e de possibilidades de expressão livre, pessoal ou de grupo), os *mass-média* (e a informação e a criação cultural que interessa aos jovens com a possibilidade ou não de confronto de novas atitudes); os espaços de diálogo das gerações — lugares de férias, associativismo, unidades de produção — (e a modelização de novos comportamentos resultantes de tal diálogo).

5. UMA NOVA ESCOLA

Porém, a escola permanece como lugar de educação por excelência dos adolescentes. Dentro de uma concepção humanista, libertadora e socializante, concebemos a escola como instituição privilegiada para, numa dada fase da vida do indivíduo o ajudar no desenvolvimento das suas aptidões no sentido da satisfação das aspirações individuais, visando também a aquisição de conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos indispensáveis a uma correcta inserção social. Esta concepção implica a definição de objectivos educativos, pedagógicos e científicos adequados às características da crise da adolescência e dos interesses específicos dos vários grupos de adolescentes. Tais concepções estão longe de ser perfilhadas e encontradas nas escolas de hoje. As rupturas face à realidade social, económica e cultural entre escola/sociedade, a filosofia educativa de perpetuação, conservação e reprodução de modelos educativos, a inexistência de condições para a vivência

e experimentação de novas atitudes educativas, novos métodos e técnicas pedagógicas, a deterioração dos meios ou mesmo a carência quase total de equipamento, instalações, espaços, a centralização burocratizante das orientações de programa, dos métodos de avaliação e de organização escolar, a sobrecarga de horários e de trabalho dos professores e outros educadores, a escassez de equipas de técnicos especialistas (psicólogos, orientadores escolares, médicos escolares, assistentes sociais, terapeutas escolares) de apoio às equipas educativas escolares, a instabilidade destas, o desconhecimento do meio sócio-cultural dos alunos que frequentaram a escola, são, entre muitos outros, factores explicativos das graves desadaptações dos adolescentes quando dentro do sistema escolar. O diagnóstico é por demais conhecido. A situação de não consideração, de esquecimento ou pior ainda, de camuflagem das inadaptações escola/adolescentes, provêm não só da anormalidade de funcionamento do sistema educativo, mas também, de uma política educativa que tende a subestimar se não a desconhecer e evitar, a flexibilidade, a abertura, o diálogo, a participação, o confronto, a iniciativa, a apropriação educativa da escola pelos adolescentes, caminho imprescindível para a superação sem traumas, aniquilações e marginalizações, da crise de desenvolvimento que atravessam.

A escola já não desconhece, entre nós, a 2.ª, a 3.ª infância e os deficientes. Mas desconhece os adolescentes. Estes desconhecem-se nela, e, muitas vezes ao contrário das finalidades primárias da escola, a socialização do adolescente faz-se à sua margem, ou contra ela.

Porém, se a escola tem um peso especial na ultrapassagem da crise da adolescência e desempenha um papel especial na inserção na vida dos adolescentes, não é só, nem sobretudo, sobre a escola que devem recair todas as responsabilidades, se con-

siderarmos o lugar desta na sociedade educativa multifacetada do mundo de hoje, de portas abertas, livre ou forçadamente, à inovação tecnológica, a novas relações de poder, à internacionalização dos movimentos de mudança e dos conflitos.

Atribuir à escola culpas pesadas por não ensinar os jovens a responsabilidade, por os não interessar ou abrir aos novos desafios da humanidade, de se manter selectiva, fechada no seu discurso, nos seus conteúdos, nas suas defesas pedagógicas é sem dúvida explicitar as causas de um fenómeno. Mas esperar que as modificações profundas do sistema educativo se realizem para que a situação se modifique é persistir também numa linha de intervenção ineficaz. É que as reformas de educação estão condicionadas pela sociedade e a política educativa não é senão um subsistema de política global que ela também desconhece os jovens.

6. FORMAÇÃO EM ALTERNANCIA E PEDAGOGIA DO SUCESSO

Veja-se, por exemplo, como para resolver o problema da formação profissional dos jovens e da sua inserção no mundo do trabalho, este sempre de características conjunturais, se pede tão insistentemente à escola que desenvolva, em primeiro lugar, a aprendizagem e o ensino técnico. É evidente que a escola deverá desenvolver progressivamente um ensino e uma formação que tenha em atenção o desenvolvimento da ciência e da tecnologia dos nossos dias. A formação escolar, no seu todo, para ser uma formação para o mundo do trabalho tem que ser uma formação tecnológica aberta. Mas esta não pode ser dada apenas pela escola. Ela pode ser fornecida em outras unidades e instituições educativas (os *ateliers* de aprendizagem, as unidades de produção, as associações socioculturais e de iniciativa local, etc.), numa perspectiva de construção de

um novo sistema nacional de educação que não figure confinado ao actual sistema escolar. Esta formação tecnológica aberta não é obtida através do tradicional ensino técnico. Ela pressupõe modificações de conteúdos de conhecimentos, de acordo com a evolução das ciências e tecnologias, referenciadas a unidades ou famílias de competência, mais do que somatório de disciplinas, onde se considerarão também os conhecimentos e aptidões adquiridos fora da escola. Tal formação exigirá sobretudo uma visão prospectiva da inserção profissional e social dos jovens e a utilização de uma prática pedagógica do «sucesso» e da «alternância». Esta prática pedagógica não assenta no princípio meritocrático da escola selectiva, mas nas considerações políticas de que a todo o jovem deve ser garantido uma formação profissionalizante ou de inserção social com possibilidades de prática dos direitos e deveres de plena cidadania. Todos devem ter sucesso, pela procura acompanhada e orientada, de um «lugar» útil e participativo na sociedade. A possibilidade de entrar nas estruturas profissionais e sociais através de períodos alternativos de emprego ou de actividades profissionais de carácter social ou local, constitui de certa forma factores de motivação, de orientação de inserção não só profissional mas social e afectiva, de luta contra critérios de selectividade malthusiana, de prática de educação permanente. Reflectir sobre o que se faz, saber ir e vir permanentemente entre o fazer quotidiano e a procura de novos conhecimentos que permitam uma autonomia crítica, será o objectivo educativo primordial de uma nova escola. Uma escola nova construída progressivamente com base em acções pragmáticas concertadas e que é hoje defendida e experimentada em tantos países, que se resolveram empenhar, nos últimos anos, numa política adequada de juventude. Nela se visa fornecer aos jovens

uma formação aberta e não apenas a preparação dos jovens para o trabalho no final (ou como final) do seu período escolar de adolescência. A par da inserção no mundo do trabalho em progresso essa formação é também a base de partida de adaptação ao desenvolvimento social e cultural das comunidades.

Procura-se, assim, através da escola facilitar aos jovens uma preparação para as suas responsabilidades de cidadãos tanto no plano individual como colectivo. Para além das qualificações profissionais haverá que ter em conta e fomentar as qualificações sociais que assentam sobretudo sobre capacidades de fazer, de explicitação de interesses e iniciativas pessoais. Para o efeito a escola terá de, em dimensão e cooperação alargar os meios educativos de ensino, de orientação e aquisição de técnicas a um sistema multidimensional de aprendizagens várias e diversas, tendo em consideração a adaptação contínua à pluralidade das situações da vida nas sociedades complexas dos nossos dias. Está-se de tal maneira habituado a considerar tudo o que não toca directamente à vida produtiva como secundário e, tanto mais quanto, cresce com acuidade o problema do emprego, que se tem dificuldade de ver mais além. Mas a actual estrutura de emprego já não serve hoje de base a estratégias adequadas de desenvolvimento nem de ultrapassagem da crise económica. Como consequência é necessário rever as funções, tarefas e estatutos de várias profissões. Mas também qualquer que seja a profissão esta é vista hoje por muitos jovens dentro de novos parâmetros valorativos individuais e sociais. Estes parâmetros, estes novos valores de trabalho encerram em si a síntese do económico e do social, ultrapassando velhas e unidimensionais clivagens entre áreas do quotidiano de cada indivíduo. Dir-se-ia que as sociedades, através das crises económicas revêm hoje o valor e o

sentido do que fazem e produzem. Os jovens, através e por causa da sua crise da adolescência, vão ao encontro dessa revisão e explicitam outro sentido da vida.

MUDANÇA CULTURAL E POLÍTICAS

As intervenções destinadas a facilitar a inserção social dos jovens estão destinadas, senão totalmente pelo menos parcialmente, à ineficácia, se não se integram num conjunto vasto de objectivos e não forem coordenadas entre si.

Do ponto de vista estritamente de política ou de actuações colectivas, tais intervenções inscrevem-se no relançamento económico através da capacidade de pôr em marcha novos modelos de desenvolvimento que permitam a expansão das actividades económicas e sociais. Por outro lado, a sociedade tecnológica exige novas formas de qualificação e uma nova cultura respeitante não apenas à produção mas ao conjunto das práticas do quotidiano. Os jovens adolescentes mau grado a heterogeneidade dos seus comportamentos e dos seus conflitos pressentem o futuro. As dificuldades e obstáculos que enfrentam atenuam certas diferenças entre eles e homogeneizam comportamentos entre os que vivem no campo ou em zonas urbanas ou qualquer que seja a classe social de origem (veja-se o consumo de certo tipo de música, por exemplo o *rock* português, a moda e os «consumos» juvenis, etc.), que chegam a toda a parte.

A ausência de possibilidades de inserção profissional e social aproximam os jovens — e estes aparecem como portadores de novas formas de viver, que são já resposta às interrogações e à crise que os adultos sentem. Nas suas contestações é possível prescrutar o aparecimento de novos valores que, no entanto, apesar de recusados pelos adultos com que se con-

frontam, foram de certa maneira fecundados por estes. Do pouco que se conhece, tem-se a percepção que eles inventam uma sociedade onde os valores não estão principalmente ligados à produção. O trabalho, a carreira profissional não é já um sinal de reconhecimento social para uma maioria crescente de adolescentes. Embora não recusem o trabalho, contestam os modelos hierárquicos tradicionais, a parcelização das tarefas, aspiram por autonomia na organização do trabalho (as cooperativas juvenis começam a proliferar) e exigem reconhecer no trabalho sentido e utilidade. Põem em causa a cultura, a informação, a forma de gerir os antagonismos. Rejeitam o formal e o sofisticado que encontram nas relações sociais. A herança cultural não é acessível a muitos deles. Os tempos livres, as férias, as possibilidades de criação cultural são-lhes vedadas. Na escola não há hoje espaço para tal, e a família não tem possibilidades de corresponder a essas aspirações. Por isso, os jovens criam entre si novas expressões culturais rapidamente, porém, apropriadas pela rede de consumo comercializável.

O diálogo e o confronto com os adultos quase não existe nem na família nem nas escolas. Afastadas como parceiros dos antagonismos e crises sociais criam os seus *ghettos* e os seus mitos. Aniquilam na passividade, na marginalização apática, nos idealismos mitificantes a energia que os move. Alheiam-se da sociedade que os recusa. Não sabemos interpretar todos estes sinais. Mas temos a percepção de que eles não reflectem apenas o problema dos adolescentes nos nossos dias e na nossa sociedade. Por detrás da resistência dos adultos em equacionarem e agirem no sentido de não isolar os jovens do corpo social, estarão também as dificuldades por parte de muitos de nós de admitir, em períodos onde todas as estruturas de segurança tremem, uma interrogação global sobre a sociedade em que vivemos.

RESUMO

O artigo chama fundamentalmente a atenção para a carência de estudos no campo psicossocial e cultural do grupo etário dos jovens adolescentes em Portugal, carência que, segundo a autora, condiciona a adequação de medidas visando uma política correcta de inserção social destes jovens. A situação actual dos jovens adolescentes é caracterizada neste artigo através de dados demográficos, de participação profissional e de níveis de escolarização e comparada com o que se passa nestes domínios com outros países da Europa. O artigo aponta ainda para novas perspectivas que hoje se desenham, no campo da educação, da formação profissional e da política cultural, de forma a facilitar a inserção profissional e social dos adolescentes.

SUMMARY

This article draws the reader's attention to the scarceness of psycho-social and cultural studies of the young people in Portugal. Their lack of knowledge in these fields — according to the author of the article — greatly affects the assertion of adequate policy measures to be taken aiming at the young peoples' social integration. The present situation of them is characterised in this article based on demographic data, their shares of employment and their educational levels, all while comparing them with those of other European countries. The article presents outlooks for possible prospects on the educational field and professional training as well as policy measures, as well as cultural policy so as to facilitate their way into professional and social integration.